



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23

LOCAL: CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO (CEU) – ARICANDUVA

DATA: 29 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Com a presença dos Vereadores Rubinho Nunes, Sansão Pereira, Silvia da Bancada Feminista e Coronel Salles, como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 18ª Audiência Pública de 2023, sendo a 14ª audiência ao PL 127/2023, PDE do Executivo - Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, aprovado pela lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo, por meio do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline) e, também, pelo YouTube no canal TV Câmara São Paulo e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência vem sendo publicada, desde o dia 05 de abril no *Diário Oficial da Cidade*, no dia 07 de abril, no jornal *O Estado de S.Paulo* e, no dia 08 de abril, no jornal *Folha de S.Paulo*. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas a partir deste momento junto à secretaria da comissão.

Então, os senhores que desejarem se manifestar e trazer suas ponderações, aqui a nossa esquerda, temos a secretaria. Basta ir até lá, neste momento, e fazer as inscrições, para que os senhores sejam chamados.

Foram convidados para essa audiência os Srs. Marcos Duque Gadelha, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, representado pelo Sr. Sérgio Ferreira Lima; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barbinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Rafael Dirvan Martinez Meira, Subprefeito de Aricanduva/Formosa/Carrão; Marcus Vinicius Valério, Subprefeito da Mooca; Flávio Ricardo Sol, Subprefeito da Penha; Elisete

Aparecida Mesquita, Subprefeito da Vila Prudente; Marlon Sales da Silva, Subprefeito de Sapopemba; Lucas Santos Sorrillo, Subprefeito da Cidade Tiradentes; Joel Bomfim da Silva, Subprefeito de Ermelino Matarazzo; Thiago Della Volpi, Subprefeito de Guaianases; Guilherme Bahia Henriques, Subprefeito de Itaim Paulista; Silvia Regina de Almeida, Subprefeito de Itaquera; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça, Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; e Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral da Defensoria Pública Geral.

Registro e agradeço a presença dos Srs. Clayton Erik Teixeira, técnico de Planurb; Patrícia Saran, coordenadora de participação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, SMUL; Katia de Cassia Jovanini, da Assessoria técnica da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, representando o Sr. Ricardo Teixeira; e Katia Garcia, assessora do Vereador Adilson Amadeu.

Antes da apresentação do Executivo, pergunto aos Vereadores presentes se gostariam de fazer alguma ponderação.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Queria somente saudar, dar um bom dia principalmente para os movimentos sociais Leste 1 e MTST, que chegaram cedo, acordaram cedo e estão aqui presentes. Então, deixo uma saudação especial aos movimentos populares, que lutam pela moradia digna na nossa cidade.

A luta é para valer. (Palmas)

**O SR. CORONEL SALLES** – Sr. Presidente, Colegas Vereadores, senhoras, senhores, coletivos, movimentos e representantes da sociedade civil, servidores da Prefeitura de São Paulo e integrantes da nossa Guarda Civil Metropolitana, bom dia.

Como é bom ver a nossa cidade num sábado de manhã, feriado prolongado e nós estarmos aqui para discutir os desafios do Plano Diretor e o aperfeiçoamento da nossa cidade. Eu sou o Vereador Coronel Salles. Sou da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e não integro a comissão direta do PDE, mas estou aqui, Presidente Rubinho Nunes, porque a minha irmã morava até há pouco tempo aqui na Olga Fadel Abarca. Eu nasci na Vila Antonieta, estudei

no Moacir Campos e aqui era tudo - para quem não sabe onde é um CEU, é uma grande iniciativa da Prefeita Marta, um dos melhores equipamentos que nós temos no país, esse projeto do CEU - taboa, era a várzea do Aricanduva. Quando a gente era menino, a gente vinha nadar nas lagoas onde é o *Shopping Aricanduva*, aqui no Savoy, Jardim Brasília.

Então, eu me identifico demais com essa região e digo que já acompanho o Presidente Rubinho Nunes e a preocupação que a Câmara tem em ouvir as pessoas. Nós estamos mais para ouvir do que falar e, ao final, tentar traduzir os anseios da comunidade e da cidade de São Paulo, nessa cidade tão diferente. Cada lugar é de um jeito. São várias São Paulos dentro da São Paulo, da nossa São Paulo, com tantas necessidades.

Então, o nosso objetivo aqui é ouvir com toda atenção e com todo respeito que a nossa população merece e requer. Então quero dizer da alegria até pelos vínculos pessoais em estar aqui.

Obrigado, Presidente. Uma boa reunião a todos (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Coronel Salles.

Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Muito bom dia.

Que Deus ilumine, abençoe todos nós, dando-nos entendimento e compreensão das necessidades das pessoas dessa área, mas também da cidade de São Paulo para que possamos contribuir e, juntos, fazer realmente as revisões que são necessárias para o Plano Diretor, porque é uma revisão que vai mudar algumas coisas. Exatamente por isso estamos ouvindo todos.

Bom dia a todos. Uma ótima audiência. Contamos com Deus e com a ajuda de todos para que possamos, então, chegar a uma solução conveniente a toda a cidade de São Paulo e, por conseguinte, para todos nós.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Convido, agora, o Sr. Clayton Erik Teixeira, técnico de Planurb, para que faça a

apresentação do Executivo sobre o Plano Diretor. Lembro a todos que as inscrições seguem abertas aqui à nossa esquerda.

**O SR. CLAYTON ERIK TEIXEIRA** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa.

Vou fazer uma apresentação breve. Como disse o Vereador Salles, estamos aqui mais para ouvi-los do que para falarmos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Gostaria de pedir à assessoria que baixe a tela para que possa ser feita a apresentação, assim os presentes também conseguem acompanhar.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. CLAYTON ERIK TEIXEIRA** – Vou dar início. Será uma apresentação breve como já disse. Quero falar como foi o percurso do trabalho realizado, coordenado pela SMUL, pela Coordenadoria de Planejamento Urbano, à qual pertenço. Devo salientar que foi um esforço coletivo, teve a participação pública, também a participação de outras Secretarias, o que culminou com esse projeto de lei entregue à Câmara.

Nessa tela, está o sumário do que será apresentado. A apresentação foi dividida em quatro partes: Introdução, Linha do Tempo, Processo Participativo, Etapa 3 Final e alguns pontos do projeto de lei.

Temos aqui a introdução do tema do encontro de hoje: a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico 2014-2029. Essa revisão objetiva o aprimoramento da lei, com a realização de ajustes em dispositivos para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029. Ocorreu de forma participativa em três etapas consecutivas, possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei encaminhado ao Legislativo.

Nessa tela, agora, temos uma linha do tempo que, na verdade, todo esse processo se inicia em 2021, com a elaboração de relatório de monitoramento diagnóstico, que estão todos na Plataforma de Gestão Urbana. São relatórios densos, com mais de 400 páginas, que serviram de base para o início dessa revisão. Esses produtos foram a base da Etapa 1 da Revisão, que

se iniciou em abril de 2022.

Os canais de participação dessa etapa foram as oficinas, o Participe+, as audiências temáticas e reuniões por segmento. A participação nessa etapa foi sistematizada em três relatórios e culminou na elaboração do Escopo da Revisão, ou aquilo que seria propriamente revisto.

Por sua vez, o Escopo da Revisão foi o documento base para a Etapa 2, que se inicia em setembro de 2022, com os canais de participação do Participe+, Formulários *on-line*, formulários físicos, reuniões nas subprefeituras, reuniões com conselhos municipais e regionais, agenda indígena e um seminário presencial. O produto dessa etapa foram 22 relatórios temáticos, onde tem todo o detalhamento do trabalho técnico, que convido todos a lerem. Vocês podem encontrá-los na plataforma Gestão Urbana Plano Diretor SP e tem também na plataforma de monitoramento do PDE.

O quadro e a sistematização do processo participativo que, em conjunto, gerou a minuta do projeto de lei. Com a minuta prévia de revisão publicada, iniciou-se a Etapa III, em janeiro de 2023, considerando-se os canais Participe+, os Formulários *on-line*, reuniões com os conselhos e com três audiências públicas, virtual e presencial.

Todas as contribuições recebidas foram respondidas em um quadro de contribuições e relatório técnico de resposta, e acabaram gerando o projeto de lei, que é a pauta a ser discutida nesse encontro. Só destacando que esse quadro, com as contribuições e respostas, também estão disponíveis na plataforma planodiretorsp.

Nesta tela tem uma retrospectiva da Etapa 3 do processo participativo, que foi composta por 20 atividades participativas compreendendo: uma consulta pública em meio eletrônico, Participe+ e Formulários *on-line*; três audiências públicas; e debate em 16 conselhos municipais, totalizando mais de quatro mil contribuições.

O gráfico à direita tem um destaque importante das contribuições feitas por meio eletrônico que foram os Formulários *on-line* e pelo Participe+.

Nesta outra tela tem esse gráfico que apresenta também destaques, mas destaques

nos artigos do PL que foram mais comentados, que tiveram mais contribuições, que geraram mais discussão. Como destaque: o Artigo 15, que fala das áreas não contáveis nos eixos, discute as vagas de garagem; o Artigo 24, que fala sobre cota de solidariedade; e os Anexos 1 e 2, as alterações nos fatores sociais e fatores de planejamento, entre outros.

Esta outra tela também tem uma síntese das contribuições dos temas, mas aí são subtemas e não mais nos artigos. Todo diagnóstico foi feito baseado em 10 subtemas, que foi a melhor forma de organizar e comunicar com a população. Dentro desses 10 subtemas, aqueles que tiveram mais contribuições e também geraram mais destaques: áreas verdes, Quadro 7, do Plano Diretor; e também para os Eixos de Estruturação e Transformação Urbana, que aquela região onde se procura adensar mais.

Nesta tela se inicia a apresentação do projeto de lei de revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico, que é resultado da combinação entre as contribuições da população no processo participativo, avaliação técnica e jurídica pelas equipes de SMUL, interlocução com demais setores da administração pública.

Este projeto de lei ao todo possui 75 artigos e é dividido em 12 capítulos. Se a gente considerar que o Plano Diretor, no total, são cerca de 400 artigos que se desdobram em dezenas de quadros e mapas, teve alguma alteração importante.

Este gráfico do lado direito é mais para a gente visualizar como foi o processo desde o diagnóstico e como isso foi se afinando com o processo participativo a partir do Escopo da Revisão, acompanhando todas as fases, análise técnica do trabalho intersetorial, elaboração da primeira versão da minuta do PL que também foi discutida e teve alguma alteração para que, finalmente, fosse elaborado o PL que foi encaminhado à Câmara.

Este *slide* mostra a estrutura do Plano Diretor hoje. Como eu falei, é uma lei de aproximadamente 400 artigos com quadros, mapas, anexos, que são divididos em cinco títulos, que são divididos em capítulos.

O primeiro Título fala da abrangência dos conceitos, princípios e objetivos, com dois capítulos, que seriam os objetivos que a gente deve alcançar até 2029.

O Título II, da ordenação territorial, com três capítulos, com destaque para o terceiro que fala dos instrumentos de política urbano e gestão ambiental, que é justamente o foco desta revisão, esses ajustes que a gente quer entender quais instrumentos poderiam funcionar melhor para que a gente alcance os objetivos até 2029.

Depois vem o Título III, da política dos sistemas urbanos e ambientais, com nove capítulos.

O Título IV, da gestão democrática e do sistema municipal de planejamento, com cinco capítulos.

E, por último, Título V, das disposições finais e transitórias.

Então dentro desse arcabouço, o que se destaca nesta tela são as alterações que foram feitas e que estão sugeridas no PL encaminhada e que vocês já devem ter lido, ter conhecimento. A gente vai ver que no Título I, por exemplo, aparece uma alteração porque o título dos objetivos que não eram para ser alterados mesmo. São os objetivos que a gente quer alcançar. Mas teve uma inclusão importante sobre as mudanças climáticas, a incorporação dos princípios da Agenda Municipal 20/30, que são os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A gente vai ver que a maior parte alterações estão no Título II, porque justamente é onde concentram os instrumentos de político urbano e gestão ambiental que é exatamente o foco desta revisão. Tem algumas alterações também no Título III, IV e V, mas bem menos. Há algumas correções que davam interpretação ambígua, inclusão de um mapa importante de drenagem, teve alteração também de alguns mapas que foram atualizados.

É isso. Obrigado. (Palmas).

**A SRA. SECRETÁRIA DA COMISSÃO** – Só vou pedir para desligar e subir a tela, por favor. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Clayton, pela explanação.

Registro a presença do Sr. Eduardo Alves, Supervisor de Habitação, da Subprefeitura do Itaim Paulista.

Desde já, passo a palavra aos oradores inscritos, lembrando a todos de que as inscrições seguem abertas. Quero esclarecer também que, por força do Regimento Interno da Câmara Municipal, a audiência pública é regida nos termos do próprio Regimento. Então, assim como nos discursos em plenário, cada orador tem um prazo cronometrado que, nas audiências, é de três minutos. Todos poderão fazer uso da tribuna e há um cronometro aqui para que possam acompanhar o tempo.

Para dar início, convido o Sr. Luiz Maranhão, da Associação Amigos Santa Terezinha.

**O SR. LUIZ MARANHÃO** – Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes.

Dentro do Plano Diretor, o que nos foi colocado dentro do processo Participe+, nós temos algumas coisas que colocamos, que foram votadas, justamente onde nós estamos, dentro do bairro aqui. Uma delas é a abertura da Avenida Mar Vermelho. Era uma obra que era para ser feita em 2014, na época da Copa do Mundo, e está parada lá até hoje. Colocamos ela no Plano Diretor, no Participe+. Foi dada uma resposta de que é viável. Ou seja, têm condições de ser feita. Mandou-se fazer uma análise para ver a questão de orçamento. Foi falado que tem orçamento para isso, porém parou por aí. Não tivemos mais resposta. Então, precisamos ter uma resposta, porque é uma obra que vai ajudar demais não só o bairro, como toda a região. Hoje, nós temos um fluxo muito grande na Avenida Aricanduva, na Sampaio e Sousa e na Avenida Itaquera, e essa avenida iria cortar até o Estádio do Corinthians em linha reta. Nós temos a Vilanova Artigas aqui, que está parada. Tem um trecho dela que precisa ser feito. Ia ser uma linha reta até o Hospital de São Mateus, ligando os bairros todos aqui. Hoje, para você andar daqui para lá, são duas horas, sendo que você poderia fazer em vinte minutos, ajudando a nós todos aqui. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é o desenvolvimento aqui, desta região. Nós temos a Avenida Gualtar, que era para ser aberta no CEU. Foi feito um outro projeto que era para cortar por trás aqui. Também está parado lá. Então, é um projeto que é viável. Foi feito todo o orçamento. Tem dinheiro para isso e nós precisávamos desenrolar isso aí também. Precisávamos fazer isso

acontecer. O bairro hoje está travado. Nós só temos a Avenida dos Latinos. O trânsito que fica daqui vai até na parte de cima lá. E com a vinda do *Waze* ficou pior, porque os caras cortam tudo para cá, sendo aquela outra Avenida, que eu te falei, do Mar Vermelho, já evitaria de os carros transitarem aqui dentro e é carga pesada. Hoje, o asfalto está todo danificado: tapa um buraco hoje, amanhã já está o buraco de novo, porque não comporta. É um bairro que não foi feito para isso, para tantos veículos como está tendo aqui. Então, precisamos do desenvolvimento também da Avenida Gualtar, que corta aqui e liga os bairros do *shopping* aqui atrás, Marília, Ipanema. Enfim, todos esses bairros aí.

Voltando lá para a Avenida Mar Vermelho, esse projeto da Avenida Mar Vermelho está dentro de um outro projeto que foi feito lá atrás, em 2013, que é o Projeto Arco do Tietê. É um projeto maravilhoso que temos aqui. Eu peço a todos que entrem lá, vejam esse projeto. É um projeto de desenvolvimento urbano, entra habitação, saneamento básico. Entram todos os projetos. E aqui atrás nós temos um terreno para dez mil moradias. Não é possível que não consigamos fazer nada aí. Está tudo parado. Abrindo essa Mar Vermelho se constroem dez mil moradias, que atenderão todos. Eu estou vendo o pessoal aqui das moradias, e nós temos condições disso. A Prefeitura tem condições de fazer isso. É um terreno maravilhoso que dá para fazer tudo isso: desenvolve o bairro, desenvolve tudo para nós, aqui.

Então, era esse o meu apontamento para vocês. Quero agradecer a todos.

Muito obrigado, Presidente. Estamos juntos. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Luiz.

Convido agora o Sr. Sheine Pena, empresário.

**O SR. SHEINE PENA** – Bom dia a todos.

Eu venho representar aqui os pequenos comerciantes desta região: Santa Teresinha e Parque Savoy.

Nós temos uma área onde também temos o projeto da Mar Vermelho, que está parado. Seria muito importante para a viabilidade do nosso bairro.

E também temos uma área da Savoy, proprietário do Shopping Aricanduva, que

somada à área da Prefeitura atinge 300 mil metros quadrados quase. É uma área muito grande para estar desperdiçada dentro da capital de São Paulo. Foi denominada no último Plano Diretor como área mista ambiental, o que impossibilitou qualquer crescimento naquela região. E se a Prefeitura criou essa área, porque não saiu um parque da Prefeitura com esporte, como seria o Manchester, o mais perto que temos é o Manchester. Não virou nada, ficou parado lá, mato, infelizmente, descarte de lixo, aquelas coisas todas. Uma área de 300 mil metros, não é possível, dentro da Capital de São Paulo haver isso. O povo precisando de moradia e toda aquela área parada.

O que impacta? Vindo aqui representar os comerciantes, o comércio local não cresce. Em janeiro deste ano fecharam três padarias naquela região, não conseguiram sobreviver. Então, aumenta o desemprego, não se gera renda, não se gera o crescimento do bairro, em virtude dessa grande área que está parada.

O que venho pedir? Não é brigar com a Savoy, mas entrar em parceria com a Savoy, uma grande empresa, nos trouxe o shopping, gerou vários empregos aqui, é um grande empresário dentro da capital de São Paulo, mas uma parceria para que seja gerada alguma coisa naquela área, que seja útil e que o comércio local passe a crescer e o bairro também, mais segurança, mais movimento. É uma área muito insegura, quem mora no local não sai de noite, não moro lá, mas venho defender os moradores.

Então, peço para que olhem esse local, até olhando a situação do pessoal que vem pedir moradia. Acho que é uma área perfeita para se fazer moradia, há ruas, a Savoy paga o IPTU de toda aquela área, nós acompanhamos e sei que eles pagam, tem CEP, tem tudo, água fluvial, sarjeta, é só desmatar, arrumar, as ruas estão prontas, se deterioraram porque a área ficou abandonada. E é uma judiação, poderia ter mais utilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Sheine, agradeço a contribuição.

Convido agora a Sra. Kelly Cristina, da Organização Estadual do MTST.

**A SRA. KELLY CRISTINA SILVA** – Bom dia a todos e todas, à Comissão, à Bancada Feminista, Silvia, nossa parceira do PSOL.

Sou a Kelly, sou trabalhadora informal na região de São Mateus e moradora da região, também sou da Organização Estadual do MTST.

Nós vemos com grande preocupação esse processo da Revisão do Plano Diretor feito a toque de caixa pela Prefeitura. Quero reforçar dois pontos fundamentais de instrumento do Plano Diretor para garantir moradia digna à população que mais precisa. Primeiro lugar, é a garantia da não alteração das ZEIS, para que essa área da Cidade cumpra o seu papel destinado, que é a construção de moradia digna.

A exemplo disso, temos em outra região, zona Sul, a Nova Palestina, uma área que é ZEIS, e o Prefeito da cidade de São Paulo quer mudar essa área e construir um parque. Não que o movimento de moradia seja contra um parque, porque lá na frente já existe um outro parque, a Vereadora Silvia conhece muito bem essa história.

Segundo ponto, o recurso da outorga onerosa, que destina verba para o Fundurb para moradia, não seja destinado para o recapeamento de São Paulo. Estamos acompanhando essa história de que o Prefeito quer usar essa verba para fazer recapeamento. Quero deixar claro que somos contra isso e vamos lutar para que essa verba seja destinada à moradia. É isso.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Kelly.

Convido agora a Sra. Luzia Ana Rodrigues, munícipe.

**A SRA. LUZIA ANA RODRIGUES** – Bom dia.

Não vim tão preparada quanto alguns colegas, mas sempre trabalhei e dependo de ônibus, na periferia de São Paulo. Sou professora da Prefeitura Municipal de São Paulo, nossas crianças são muito carentes e os bairros precisam, com certeza, de saneamento básico, nossas crianças vivem doentinhas.

E também o asfalto, está horrível, é muita buraqueira. E posto de saúde necessita, mais precisamente, eu acho, UPAs e AMAs. E não faltar tanta medicação como falta. Falta muita

medicação. E melhorar a a diversidade de medicação nos postos de saúde gratuitamente, porque são valores irrisórios que a gente consegue até na farmácia popular; mas, quando o remédio é um pouquinho mais caro, faltam condições para muitas famílias, desempregados e idosos, de comprá-los na farmácia.

Basicamente é isso. Espero que vocês priorizem, porque moradia também é muito necessária. Se virem nos 30.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado pela participação, pela contribuição.

Convido o Sr. João Moreirão, munícipe.

**O SR. JOÃO MOREIRÃO** – Bom dia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus vizinhos, cidadãos.

Eu moro na zona Norte, nós somos todos vizinhos da mesma cidade e deveríamos saber que, se o vizinho está ruim, você não pode estar bem. Então, a gente tem que lutar pela cidade inteira.

Vereador Rubinho Nunes, na última audiência de quinta-feira na Câmara, nós não o vimos no plenário, mas há uma observação do no YouTube que eu considero desrespeitosa e antiética em relação a Advogada Renata Esteves. Independentemente da luta política, das posições políticas, o senhor também é advogado e deveria se retratar sobre o que disse. Isso está no YouTube e eu acho que foi desrespeitoso e antiético. Então, eu o convido a se retratar porque será melhor para todos e um gesto que vai engrandecer o senhor.

Falando das questões relativas ao Plano Diretor, o senhor defendeu que o projeto não deveria ser devolvido e que a Câmara está em um processo de discussão, para melhorar o projeto, etc. E quero dizer o seguinte: não se faz casa boa sobre alicerce corrompido. Não dá certo. Não dá para pegar um ninho de jararaca e transformar em rebanho de ovelha, essa realidade. Basta ver as pessoas fazendo reivindicações justas aqui e nas outras audiências, mas que não são relativas ao Plano Diretor, são relativas ao Plano de Metas, à zeladoria, ao projeto

de Orçamento anual. E por quê? Porque o Executivo fugiu, como o diabo foge da cruz, de discutir com a sociedade.

Se o Executivo tivesse discutido com a sociedade o projeto que teria ido para a Câmara não seria esse. Esse é o projeto do sindicato das incorporadoras e não tem uma vírgula do que a sociedade civil que participou sugeriu. Então, é ilegítimo.

Como diz o artigo 212 do Regimento Interno, serão restituídas ao autor as proposições manifestamente antirregimentais, ilegais e inconstitucionais, que é o caso deste projeto de lei. Mas já que estamos discutindo, vamos admitir que a Câmara não precisa, não deve repetir o mesmo processo de simulação de audiências.

Vereador, 55 audiências em dois meses, audiência às 10h da manhã, às 5h da tarde, no mesmo dia, na Câmara Municipal, três vezes por semana, é evidente que não é para discutir com a sociedade. Há algumas poucas audiências nos bairros que, com a falta de divulgação, era para estarem lotadas diante de um assunto desses, com gente em pé.

É para dialogar com a sociedade, mas a gente tem um tempo limitado e, para responder o que a gente ouve, no final, dos Vereadores, tem que ir à audiência seguinte. Esse é um problema. Outro problema mais grave é que a Câmara, os Vereadores, estão fazendo algo que chamam de audiências que, na realidade, são comícios próprios; e tem audiência marcada até em instalação de construtora. É muito prático, o pessoal vai à audiência e, depois, visita o decorado.

Então, eu convido os senhores a fazerem um processo participativo verdadeiro, em que o povo realmente possa participar e possa ser ouvido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. João Moreirão.

Registro a presença do Sr. Sérgio Ferreira Lima e Sérgio Gim, assessor de gabinete de Siurb.

Convido a Sra. Cristiane Oliveira, Movimento de Moradia Leste 1.

**A SRA. CRISTIANE OLIVEIRA** – Bom dia a todos.

Sou do Movimento de Moradia Leste 1, sou moradora da zona Leste, do Parque São Rafael e queria só fazer uma ponderação que temos que melhorar essa questão das audiências públicas, porque não há como fazer 53 audiências públicas em dois meses excluindo o povo de participar.

Nós, do Movimento de Moradia, que trabalhamos com autogestão, que fazemos moradia digna, que batemos nessa tecla há tantos anos na cidade de São Paulo, que os movimentos de moradia, sim, fazem moradia digna, onde a gente gosta de morar, com espaço e com dignidade.

Quando a gente fala de São Paulo, quando a gente fala de moradia, os movimentos sociais lutando por terra, onde a gente vê que as moradias são construídas nos extremos, e a gente luta por questão de trabalho, escola e saúde.

Quando a gente vê uma discussão de um Plano Diretor, onde a gente se sente excluído porque não é divulgado da forma que deveria dentro dos bairros para escutar a população, porque quem sabe somos nós que moramos na periferia o que falta; quem está no conforto da sua casa, do seu carro, não precisa de transporte público não sabe o perrengue que é passar numa periferia, levar para uma escola que, às vezes, nem vaga tem. Então, eu acho que a gente precisa melhorar o diálogo na população e ver o que a gente precisa e não o que vocês acham, porque todo mundo acha muita coisa.

Acho que temos que melhorar, sim, essa comunicação. E muito difícil estar às 8h da manhã, tirar uma criança da cama para estar aqui, mas a gente vem porque sabe da importância de ser ouvido. E três minutos é muito pouco para tantos anseios que a gente tem.

É dizer que a forma com que a Prefeitura vem destinando moradia sem passar pelos movimentos sociais, acho que a gente pode melhorar essa questão. Vou falar como moradora: a gente pegar famílias que está no auxílio aluguel por vários anos, por questão de locais irregulares para morarem e não terem um trabalho feito com essas famílias. Vocês pegarem e colocá-las num apartamento, sem ter feito um trabalho social com ela de tirar de onde ela mora, de onde já tem o convívio, às vezes, não é a melhor saída. Tem que ser feito um trabalho social

com essas famílias antes, e isso o movimento social de moradia faz.

A gente está na luta por um terreno na zona Leste, há oito anos tentando construir; a gente faz um trabalho social com todas as famílias para ela entender como é que ela vai morar no coletivo.

Então, conversem mais com os movimentos sociais de moradia, porque saber construir a gente sabe, porque a gente quer moradia digna e não sermos tirados do nosso local de uma hora para outra esperando por moradia e ter que mudar toda a sua vida.

Então, esse tem que ser um trabalho social feito com todas as famílias que estão esperando por moradia. Então, conversem com os movimentos de moradia, porque eles sabem fazer isso muito bem. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Cristiane.

Sra. Cristiane, acho que não apenas eu, como todos os Vereadores da Mesa, concordo que efetivamente o tempo de três minutos, às vezes, acaba sendo um pouco curto, pelas demandas que são apresentadas. Mas são normas colocadas pela Câmara e temos simplesmente de segui-las. Eu, enquanto presidente, tenho que interromper a fala. Mas acabo, por força do regimento, tendo que fazer cumprir. De toda sorte, tenho certeza de que todos os Vereadores presentes - minha assessoria está presente, assim como dos demais Vereadores e dos outros da Casa -, ficarão felizes em receber as demais demandas que, eventualmente, não foram passadas ou as que foram passadas e quiserem ser entregues pessoalmente, para que a gente possa absorver e trazer para dentro do Plano Diretor, e, também, para questões referentes à cidade sobre qualquer outro assunto. Afinal de contas, além da questão do Plano Diretor, é nossa obrigação, e tenho a certeza de que todos estão à disposição.

Convido, agora, o Sr. Ivanildo França, líder comunitário de Cangaíba.

**O SR. IVANILDO FRANÇA** – Bom dia a todos. Meu nome é Ivanildo França. Sou líder comunitário do bairro de Cangaíba.

O Cangaíba é uma região muito carente, gente. A minha Subprefeitura é a da Penha.

Recentemente, se vocês viram na mídia, o Coronel Salles estava lá, na comunidade do Chaparral o que aconteceu. Então, o atual gestor do Prefeito esteve lá.

É o seguinte: eu vou falar do que não tem. Em Cangaíba, eu não tenho uma loja das Casas Bahia, Magazine Luiza, McDonald's, para o povo de lá. Tudo tem que ir para a Penha ou Ermelino. Eu não tenho uma UPA, um hospital, uma AMA, os idosos têm que ir para o Maria Zélia ou em Itaquera; não tem um Bom Prato do governo do estado; tenho uma estação USP Leste. Vocês sabiam que o acesso para quem mora no Keralux, o morador tem que dar a volta na ponte, pela Assis Ribeiro, correndo o risco de ser atropelado, para acessar a estação. Não tenho nada contra a USP. Os funcionários da USP e os estudantes têm o privilégio da própria estação USP Leste dar acesso à USP, e os moradores não têm como acessar um caminho mais curto e seguro para irem até a comunidade do Jardim Keralux que vai ter até uma UBS lá.

Então, o Plano Diretor precisa ter acoplado os equipamentos públicos do estado, certo?

Têm falhas no Plano Diretor, como, por exemplo, eu tenho uma avó de 93 anos. Ela está sendo amparada, mas a questão é que a gente está envelhecendo. As ruas da nossa cidade, não é porque é Cangaíba, tenho ruas lá que foram recapeadas, mas eu não tenho rebaixamento de guia, não tenho piso tátil, e o Poder Público tem que ter a sensibilidade – eu sou bacharel em Direito, e nós temos a lei brasileira de inclusão, então, as leis pertinentes à acessibilidade, à população autista, aos cegos, às pessoas com mobilidade reduzida, o Poder Público tem que se adaptar.

E, na questão da moradia, olhem com carinho para o o Cangaíba, que tem 31 comunidades. Tem a região como a Caixa D'Água, que é área de Habitação de Interesse Social. Vamos olhar mais para a minha região, tá?

Vai ter uma audiência, agora também, no dia 8, de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; eu estarei presente lá. Eu me sinto, assim, um pouco entristecido, porque estou lá há 15 anos. Eu sou de Ermelino e o finado Padre Chicão falou: “Ivanildo, mantém a política da boa vizinhança com o Poder Público”, e é isso o que eu estou fazendo. Então eu quero a

sensibilidade de vocês para olhar, com carinho, para a minha região. É uma região muito carente, gente.

E, para encerrar, são três minutos, senão eu vou estourar. Onde eu moro faz divisa com Guarulhos, na região industrial de Cumbica, e eu estou desempregado. Lá não tem uma linha intermunicipal que liga o meu bairro direto, como Ermelino ou São Miguel têm para as empresas me pagarem o vale-transporte. Elas só pagam uma condução. E pelo fato de eles não pagarem condução municipal, estou perdendo oportunidade de emprego por conta disso.

Então olhem com carinho por isso aí também, a questão da sensibilidade, porque eu sou da área social, minha esposa também. Olhem com carinho, com sensibilidade, para a minha região do Cangaíba, por favor.

Um bom dia a todos. Bom Jesus do Cangaíba abençoe todos vocês. Obrigado.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Ivanildo. Agradeço a contribuição.

Convido o Sr. Júlio Cezar de Andrade, do Quilombo Periférico, mandato coletivo.

**O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE** – Bom dia a todas. Bom dia a todos. Sou Júlio Cezar de Andrade, sou Assistente Social de formação, Mestre em Serviço Social e Covereador da mandata coletiva Quilombo Periférico.

Eu vim trazer uma pauta fundamental e necessária, que é a previsão e o planejamento da cidade para as áreas atingidas pela enchente. Nós estamos falando de uma manifestação concreta do racismo estrutural e institucional expresso também no ambiental, em especial no Jardim Seabra, na região do Jardim Romano, que historicamente há mais de 20 anos acontecem pontos de enchente e alagamento.

E não existe um plano estratégico para a prevenção objetiva das enchentes nos territórios periféricos. No estudo que nós realizamos, das obras que foram realizadas nos territórios periféricos, a maioria delas foram emergenciais. Foram obras que não estavam previstas no planejamento da cidade, começaram a ser executadas após, após o início das

enchentes.

Então, para que haja um plano objetivo, estratégico, nos territórios periféricos da cidade, com orçamento público destinado para zoneamento, para o processo de avanço da infraestrutura urbana nos territórios periféricos e nos territórios atingidos pela enchente.

É fundamental dizer que sem um planejamento urbano adequado às verdadeiras condições da população, a gente não consegue avançar na melhoria das periferias, não consegue avançar na qualidade de vida da população.

A enchente é a maior expressão do impacto ambiental produzido pelo capitalismo, ao longo da sua história, e que possamos seguir por uma São Paulo antirracista e que invista, de maneira objetiva e estratégica, nas periferias, em Guaianases, que teve uma criança levada pela enxurrada; em especial, no Distrito do Lajeado, que historicamente tem enchente há muitos anos; no Jardim Seabra; no Jardim Helena; em todo o braço que pega desde a Subprefeitura da Penha e vai até a Subprefeitura do Itaim, que são pontos históricos de alagamento. Que haja investimento no orçamento nessas áreas.

E, para finalizar, que haja também uma previsão de ampliação e construção dos famosos piscinões nesses territórios. Além dos piscinões, que seja construído e consolidado, de maneira objetiva e estratégica, a consolidação de avanço dos parques e das áreas de lazer também nos territórios periféricos. A periferia não é só um espaço de moradia, ela é um espaço de vida, de produção cultural, de resistência popular e de direitos.

Por isso a gente quer indicar a ampliação dos serviços da proteção básica, em especial da política de assistência, nesses territórios, estando previsto no planejamento da nossa cidade.

Continuaremos a seguir a luta por uma São Paulo antirracista e que a gente possa ampliar também, no desenvolvimento urbano, a produção...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sr. Júlio.

**O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE** – Já concluindo, a produção de moradia popular para as famílias nesses territórios, que são atingidos por enchente, que foram atingidos

especialmente pelo incêndio, haja vista o último que ocorreu na comunidade, no Distrito da Penha.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Júlio Cezar.

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Só um minuto, Vereador Sansão. Queria lembrar que não há mais oradores inscritos, porém, antes que a gente encerre, se algum dos senhores quiser fazer uso da palavra pode vier à nossa assessoria, para que a gente faça antes de encerrar a sessão.

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Respondendo ao Júlio Cezar, já existe o Plano Diretor de Drenagem, inclusive ficou pronto há uns dois meses, mais ou menos, um mês e meio. Nesse Plano Diretor de Drenagem foram mapeadas todas as áreas da Cidade, pela Defesa Civil juntamente com a USP, outra faculdade e as secretarias, exatamente para ser tomada a atitude em cima disso daí. Claro, todos os senhores sabem que esse ano choveu 50% a mais do que o esperado, mas as providências estão sendo tomadas pelo Executivo, pelo Prefeito Ricardo Nunes e pela Câmara.

Obrigado. Apenas uma resposta. Já existe o Plano Diretor de Drenagem. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado pela ponderação, pelo esclarecimento, Vereador Sansão.

Vereador Coronel Salles com a palavra.

**O SR. CORONEL SALLES** – Ouvi atentamente o Ivanildo França falando. Nós estivemos na comunidade do Campala Chaparral, fica do lado de cá; o lado anterior é o do Pau Queimado, ali perto do Big House antigo. Estivemos com o Prefeito Ricardo Nunes. Fomos recebidos na Associação, com a Maria, com a Adriana. É só para dar essa notícia, Ivanildo. Foi feita a selagem daquela região. São 1.800 famílias. O aluguel social para os atingidos foi

disponibilizado e é um trabalho que tem de ser feito todos os dias.

Não sei se você estava quando eu falei, se já tinha chegado, eu sou deste bairro, eu nasci aqui. Quando você fala de assistência, eu ouvi o Sheine falando sobre o Clube Vicente Feola, que é o da Vila Manchester. Antes de começar, eu tinha conversado com o Orlando Paixão, que trabalha conosco. Quando a gente queria ir na piscina, a gente ia lá na Manchester, que é o Vicente Feola, quatro quilômetros daqui para lá.

Então, muitas coisas que os senhores por vezes colocam não dizem diretamente ao Plano Diretor, mas dizem diretamente à vida na Cidade. Então o compromisso nosso, do Presidente, da gente é de levar, por exemplo, quando ele falou do Mar Vermelho, de nós levarmos isso. Esse empreendimento do Savoia, conheço também. E aí a gente ouve um pouquinho o que a Kelly falou sobre função social da propriedade.

Então tem uma série de coisas que a gente tem que levar em conta. Eventualmente, se não puder entrar na pauta do Plano Diretor, nós levaremos para o Secretário Marcos Monteiro, de Infraestrutura, nós levaremos para o Ricardo Teixeira, dos Transportes, esses anseios. Porque, realmente, você ter só a Rio das Pedras hoje, a Avenida dos Latinos, ela, realmente, depois da construção dos prédios, foi um avanço, mas sobrecarrega as estruturas existentes.

Então eu não vou acalmar o seu coração, mas eu vou levar as estruturas. É um compromisso pessoal. Depois até o Dr. Sidney vai pegar teu telefone para eu dar o retorno para você. Só isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Coronel Salles.

Tem a palavra a Vereadora Silvia.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Bom dia, todas, todos e todes.

A zona Leste é muito grande e, nesta audiência pública, são 11 subprefeituras que nós temos de nos debruçar sobre os problemas. Esse é um problema, porque a gente não consegue se aprofundar exatamente em cada subprefeitura. Nós tínhamos proposto inclusive que tivéssemos uma audiência pública por subprefeitura, porque é muito difícil, ao mesmo tempo, a gente discutir o que acontece no Cangaíba, o que acontece em São Mateus, na Cidade

Tiradentes, na Mooca, na Penha, em São Miguel, em Aricanduva. São 11 subprefeituras e os problemas são muitos, então nós propusemos que fosse uma por subprefeitura. Infelizmente isso não foi acatado.

Tem algumas outras audiências acontecendo em outras subprefeituras, por outras comissões, mas a gente também continua fazendo apelo para que tenha mais tempo para debater todas as questões e mais tempo, inclusive, para votar a Revisão do Plano Diretor, para que não seja uma votação atropelada.

Sobre os problemas da zona Leste, eu queria começar com moradia em respeito a todos os movimentos de moradia que estão aqui, que se mobilizaram para estar aqui, Leste1 e MTST. Aqui na região nós temos 171 favelas, 12 núcleos, 251 loteamentos irregulares, e isso tudo é muita gente, são muitos domicílios.

O fato de a gente ter tido incêndio na Favela do Chaparral é só um símbolo do déficit de moradia popular que existe na cidade de São Paulo. Ninguém mora num barraco de madeira porque quer, nem em área de risco ou em beira de córrego - como o pessoal que eu conheço que mora na Terra Prometida, lá no fundão de São Miguel, quase divisa com Guarulhos. Essas pessoas moram na beira do afluente do Tietê que, quando transborda, alaga tudo, aparecem ratos, cobras e escorpiões onde há crianças. Ninguém ocupa uma área de manancial porque quer, mas porque não há políticas de moradias suficientes, na cidade de São Paulo, para todos que precisam. As políticas que existem são muito lentas.

O déficit de 369 mil moradias só vai aumentar, porque a previsão é que, em 2030, vamos precisar de 698 mil, aumentando o número de gente que ficará sem casa. Sem contar que o custo de vida está alto, o aluguel na cidade também é alto por conta da especulação imobiliária. As pessoas que não conseguem pagar aluguel e são despejadas, vão parar onde? Se juntarão à população em situação de rua que atualmente aumentou muito, estando em torno de 52 mil pessoas.

A questão da moradia é um dos problemas mais graves e urgentes que a cidade tem de enfrentar. Mas como enfrentar para resolver? Primeiro, precisa ter recursos públicos, porque

as construtoras não querem construir para quem ganha até três salários mínimos, mas para quem pode pagar prestação de dois, três, quatro mil reais. Como é que alguém que ganha um salário mínimo pode pagar uma prestação de dois mil? Não consegue pagar nem de mil reais.

Se a gente não tiver financiamento e investimento públicos, casas que custem valores que caibam no bolso das pessoas – casas razoáveis, não se quer morar em cubículo -, mas que sejam moradias dignas. Para tanto, precisa do dinheiro do Fundurb, que é um dinheiro que não pode ser usado para recapeamento de vias, mas é sagrado para moradia, mobilidade e para a questão da regularização fundiária. (Palmas)

Vejam só, na zona Leste nós temos 255 loteamentos irregulares. Não há necessidade de remover essas pessoas para outro lugar. Elas podem ficar ali onde já vivem, perto da escola dos filhos, onde elas se conhecem e pertencem à sua rede de solidariedade. Basta que sejam regularizados e haja reurbanização. Assim que estiver regularizado, passam a entrar recursos nesse loteamento para poder receber as vias, saneamento, iluminação, equipamentos como as UBSs, educação infantil e toda a infraestrutura.

Se nós investirmos em regularização fundiária, vamos resolver muitos problemas de questões de moradia. Por isso, estamos com uma proposta de que uma parte do dinheiro do Fundurb seja destinado para a regularização fundiária, ou seja, 30% para moradia e uma porcentagem para a regularização fundiária.

Entrando para a questão dos parques, a gente não quer só morar, nem só comer, a gente quer respirar. Também não se quer ter tudo alagado quando chove. Não são muitas as áreas verdes na zona Leste, exatamente, porque muito disso foi sendo construído, concretado, ocupado, já que não tinha planejamento.

Por isso, precisamos que as áreas verdes que existem sejam transformadas em parques. Estão sendo propostos 39 parques para todas as subprefeituras que eu falei. Não são muitas, se formos pensar na imensidão da zona Leste. Mas precisamos que esses 39 parques saiam do papel. Para isso, a gente não pode mudar a questão do fundo para os parques. Temos de garantir fundo para parques na revisão do Plano Diretor.

Sobre as obras de drenagem, já que a zona Leste sofre muito com enchentes, como disse meu Colega do Quilombo, tem uma desigualdade na questão dos investimentos. Vejam bem, nos Cadernos de Drenagem que foram realizados para a região da Bacia do Aricanduva destinaram oito milhões, por quilômetro quadrado. Mas para as bacias mais centrais como a Água Preta e Sumaré foram destinados 84 milhões. Há uma desigualdade, porque são 10 vezes de recursos a mais para as bacias centrais do que para a da zona Leste. Nós precisamos ter uma divisão mais adequada nas obras de drenagem, tanto as que estão nas periferias quanto as do centro da cidade.

Precisamos ficar atentos e unidos para que esse processo de revisão do Plano Diretor seja garantido, de forma que haja mais moradias populares sendo entregues, que as construtoras paguem pelo direito de construir, ou seja, paguem a outorga onerosa e paguem mais cota de solidariedade.

Nós temos uma proposta para que se aumente a cota de solidariedade e que as construtoras paguem. Na verdade, não é bem solidariedade, deveria ter outro nome, porque construtora com solidariedade não combina muito. Deveria ser uma cota de responsabilidade, porque quem constrói na cidade de São Paulo lucra muito.

Outra coisa, gente, construção em eixo e perto do metrô não é para quem tem dois carros, não. Quem tem de morar perto do metrô é quem usa o transporte público. Então, nós estamos contra a mudança na revisão, porque se quer aumentar o número de vagas de garagem para quem mora perto do transporte público. Quem tem de morar perto do transporte público é quem usa o transporte público, e não quem tem dois carros. (Palmas)

É isso, gente. Estamos aí, na batalha, para termos um Plano Diretor popular e democrático.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Quero, desde já, agradecer a todos os que estão acompanhando pelo sistema virtual, pelo YouTube, pelo Facebook, enfim. Muito obrigado por nos prestigiar.

Quero aproveitar o gancho da fala da Vereadora Silvia da Bancada Feminista e lembrar que, se não me engano... (Falha na transmissão) ...aprovado o PL da regularização fundiária, que foi, inclusive, sancionado integralmente pelo Prefeito. Foi aprovado por unanimidade na Câmara, justamente buscando criar mecanismos que facilitem e incentivem a regularização fundiária.

Porém, para que a regularização aconteça – e acho que é uma preocupação de toda a sociedade de São Paulo –, não basta à pessoa apenas residir. Ela precisa da urbanização no local, como disse a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. O que é urbanização? É asfalto, coleta de esgoto, tratamento. Isso traz cidadania e qualidade de vida para as pessoas. Porém, para que haja a regularização fundiária, é essencial que a Prefeitura tenha no local a urbanização, antes. Do contrário, não será possível que seja feita a regularização daquele imóvel.

---

Quando falamos de Fundurb, estamos falando, necessariamente, de habitação, mas, para que a pessoa tenha habitação, é importante que ela tenha o título de propriedade do imóvel. Não adianta ela ter uma casa, se não pode transmitir essa casa por herança, por exemplo, para o seu filho, ou comercializar e vender essa casa para morar em outro local. Tem de ter a propriedade plena daquele bem. É por isso que garantir cidadania e qualidade de vida é garantir esse tipo de propriedade, uma propriedade real e legal para todas as pessoas. Acho que é isso o que todos buscam.

É por isso que, quando se discute na Câmara justamente a utilização do Fundurb, é para que, nesses loteamentos que ainda padecem da falta de urbanização, a Prefeitura tenha mecanismos para levar asfalto e coleta de esgoto e tornar esses locais urbanizados, para que a população possa, então, adquirir a tão sonhada regularização fundiária. É isso o que estamos buscando no Plano Diretor, mas, principalmente, na questão do Fundurb.

Pessoal, não há mais oradores inscritos. De forma excepcional, eu vou perguntar aos senhores se algum dos presentes ainda gostaria de fazer alguma explanação. (Pausa) O senhor gostaria? Tem a palavra. Como o senhor não se inscreveu, se puder, só vou pedir para se

identificar com o nome e o local em que o senhor é presente.

**O SR. SÉRGIO GIM** – Bom dia a todos. Meu nome é Sérgio Gim. Eu venho aqui representando o Secretário Municipal de Obras da cidade de São Paulo. Tenho andado nas audiências públicas e é muito particular estar aqui, tratando da zona Leste, porque eu sou morador de São Miguel, como o Vereador Coronel Salles falou.

A audiência pública sobre a revisão é sempre muito oportuna, porque as demandas referentes ao Plano Diretor são o que são, mas as demais demandas são uma verdade e o anseio por moradia tem um valor gigantesco. Eu venho falando com o Secretário. Já falei isso para o nosso Prefeito. No dia em que a cidade de São Paulo deixar de ser um acontecimento e a questão da moradia se tornar um plano na vida das pessoas, a chance de a vida dessas pessoas dar certo é muito bacana.

Eu ouvi a fala da colega do movimento de moradia. Eu também sou sensível a essas questões. A Prefeitura e o estado constroem moradias longe de tudo, onde as pessoas desenvolveram seu convívio e estabeleceram as suas relações, mas eu não quero falar de “a” ou de “b”, porque o nosso objetivo é buscar soluções e, dentro da história de São Paulo, o Plano Diretor é um grande avanço. Isso traduz a democracia e não se constrói uma cidade sem a participação popular.

Ontem, no dia do evento, lá, no Chaparral, eu acabei ligando para o Prefeito, parabenizando-o, porque o Prefeito de verdade é o Prefeito que está na hora em que as pessoas precisam e conhecer a vida real para tomar decisões não tem preço.

Então, quero parabenizar todos vocês. Teremos outras audiências e o valor da participação popular é muito precioso. O desafio da Administração Pública é, justamente, no momento mais oportuno, criar soluções para que nós tenhamos uma cidade mais humana, mais digna, onde as pessoas possam sonhar, educar seus filhos e prosperar, porque ninguém acorda cedo para fazer história de que não se colha resultado, porque, quando a família vinga, vinga a cidade de São Paulo, vinga o estado e vinga o país.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado. Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Desculpe. O senhor precisa falar no microfone, porque está sendo gravado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – A audiência está sendo gravada. Então, é importante que se registre no microfone. Eu peço desculpas, mas agradeço a participação, desde já.

**O SR. CORONEL SALLES** – Eu morei no Santa Bárbara por 14 anos, na Ursa Menor, ali.

**O SR. ELIAS PANAYOTA** – Parabéns, Vereador Coronel Salles. Eu moro ali, no Vera Cruz. Eu me chamo Elias. Sou da Organização André de Almeida, aqui, do outro lado do Aricanduva.

Eu ia lhe fazer uma pergunta, como o senhor falou da sua infância, quando nadava aqui, o senhor sabe que a nossa diversão na zona Leste sempre foi Parque do Carmo. Hoje, o Santa Bárbara não é mais o Carrãozinho onde o senhor pescava rã, no Canão. A nossa infância era tudo do bom e do melhor. Hoje, o Carrãozinho tornou-se uma população muito grande, temos: o Conquista, Nova Vitória, Vila Delia, Jardim Santo André, Parque São Rafael, Pirani, Adutora. Eu moro na Adutora. Não temos áreas de lazer em São Matheus. A única área de lazer que a gente tinha, antigamente, era o Parque do Carmo. Hoje o Parque do Carmo não tem playground para as nossas crianças. Hoje, não tem mais áreas de lazer de parques, de praças. Hoje, áreas de lazer que temos em algum terreno estão lá McDonald's, burger King. As áreas de lazer estão sendo invadidas pelas construtoras, fazendo apartamentos e deixando nossos filhos em vão. O único lugar que temos para o lazer é Shopping Aricanduva. Mas para levar seu filho para brincar 10 minutos, paga 30 reais. Se tiver três filhos, 90 reais e se for na praça de alimentação, gasta pelo menos 100 reais. Antigamente, a gente se divertia com pão com mortadela e um suco no Parque do Carmo.

Peço ao senhor que dê uma atenção à população de São Matheus. Quando o senhor estiver falando a respeito do Aricanduva dê uma atenção para aquela população do Vera Cruz, Carrãozinho, Villa Bela, Jardim Santo André, Morro do Sabão, Rodoanel. Tem muita área de lazer ali para ser feita. Nós temos o Parque do Carmo aqui em Itaquera e de São Matheus, onde moramos, até o Parque do Carmo, temos o parque da criança que fica na Avenida do Estado...

**O SR. CORONEL SALLES** – Sr. Elias, eu fico até emocionado. Como eu disse, estudei 11 anos aqui no Mocam, casei-me como Tenente e o que dava para comprar era lá no Santa Bárbara, Sapopemba, um pouquinho antes da adutora. Ali morei por 14 anos. E quando inaugurou o Parque do Carmo em 76/77 era a coisa mais linda do mundo. E nós temos que fazer esse reparo. Realmente o Parque do Carmo precisa de uma atenção maior. Eu vou combinar com você Elias, para fazermos uma visita juntos lá no Parque do Carmo...

**O SR. ELIAS PANAYOTA** – Eu faço questão de estar acompanhando o senhor em toda grande Leste.

**O SR. CORONEL SALES** – Vou falar com o Secretário do Verde e Meio Ambiente. Está aí a riqueza dessas audiências. A gente vem para uma audiência do Plano Diretor e recebe essas informações, porque vocês são nossos ouvidos e nossos olhos. Não só lá, mas na Vila Sônia, Parque São Rafael, o parque Linear que foi feito. A conquista do Metrô que foi um projeto do Mário Covas, ainda, passando pela Juta...

**O SR. ELIAS PANAYOTA** – O senhor pode ver como a Juta está hoje, como cresceu...

**O SR. CORONEL SALES** – Está lindo lá. Muito bonito. Então me comprometo ir com você no Parque do Carmo. Não você ir à Câmara, nós iremos lá dar uma olhada. Ver onde podemos ajudar. Com emendas ou com intervenção. Ganhei meu dia por ter citado e poder, como morador...

**O SR. ELIAS PANAYOTA** – O senhor sabe que a gente teve uma infância muito boa e hoje as nossas crianças não podem ter nossa infância. O senhor me desculpa ter chamado o senhor.

**O SR. CORONEL SALES** – Não! Que isso, Sr. Elias. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado,

Passo a palavra ao Sr. Osni Pandori, do Conselho Participativo da Penha.

**O SR. OSNI PANDORI** – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. É com muita satisfação que estamos aqui para dar nossa opinião e propor. Infelizmente, é muito pequena a participação das pessoas, para uma audiência pública tratar de São Paulo, para tratar de uma administração, porque é muito difícil você falar que quer moradia, mas reclamar do buraco; que quer área verde, mas reclama de espaço. Então, realmente é muito difícil e complicado fazer isso.

No começo da semana tivemos uma audiência pública sobre saúde, ali na Radial Leste em um empreendimento imobiliário. E foi até criticado. Por isso, sai da Penha correndo, para estar aqui, porque realmente precisamos da participação da população. Porque um Coronel do Corpo de Bombeiros, que estava presente, falou assim: “A Prefeitura precisa tirar essa população dessa área”. Aí, a resposta da Prefeitura foi: “Mas onde nós vamos colocar essa população, nós não temos?” E aí a resposta foi: vocês vão colocar elas no IML, porque mais cedo ou mais tarde vai acontecer, como aconteceu no Campala, pois vai morrer gente porque não tem espaço, porque não tem recursos.

Então, nós temos várias situações, mesmo aqui agora, Vereador, dentro da Marginal onde era uma concessionária de automóveis, então sendo construídas 1.492 moradias, o senhor sabe o que passa na frente dessas moradias? A Marginal. Sabe quantos ônibus passam ali? Nenhum e a Prefeitura aprovou esse empreendimento, a Prefeitura deu o aval para que fosse construídas 1.492 unidades. Nós temos uma rua que sai de lá, a Marginal passa pela Avenida Gabriela Mistral, debaixo de um viaduto, então, falta realmente uma programação para São Paulo.

Precisamos realmente pensar em São Paulo e as pessoas muitas vezes não estão preocupadas. Nós temos a área do Tatuapé onde temos uma moradia coletiva e não tem uma unidade básica de saúde, Parque São Jorge, não tem uma unidade básica de saúde e é enorme o espaço. Então, as pessoas não têm onde ter assistência, muitas vezes, precisa ser pensado.

E nós moradores que somos administradores, nós que somos os pagadores de impostos precisamos ter essa voz para falar. E vocês eleitos por nós tem a responsabilidade de fazer e de pensar de uma maneira melhor.

Esse Plano Diretor não está sendo feito, ele está sendo revisto, porque ele foi feito lá atrás, foi feito em 2014, então ele precisa ser revisto de uma maneira inteligente, porque lá atrás faltou a participação de quem? Da população, porque havia necessidades que continuam, havia situações que continuam acontecendo.

Então, nós precisamos realmente nos mobilizar, nós precisamos realmente ter essa visão, esse olhar cada não no seu umbigo, mas para a cidade de São Paulo. Eu vejo o quanto é difícil nós podermos administrar, nós podermos ajudar a população toda.

Meu nome é Osni, eu sou Conselheiro participativo da Penha, sou Conselheiro do meio ambiente, sou Conselheiro do sistema de saúde. Então, precisamos realmente participar, todos cargos voluntários, precisamos realmente participar porque é nosso interesse e os nossos representantes estão aqui para escutar e para tentar levar da melhor maneira as nossas necessidades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Osni. Passo agora a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – São Paulo tem atualmente 12 milhões e meio, 12 milhões e 300 mil, habitantes isso corresponde a 25% do Estado, ou seja, nós temos 645 municípios, um, que é São Paulo, corresponde aproximadamente a 25% do 644. Então, São Paulo por ser a cidade da gastronomia, do turismo, das oportunidades, muitas pessoas vêm de outras cidades, vem de outros estados para cá, isso daí realmente cria uma demanda muito grande. A gente precisa entender, como Osni falou, não é uma cidade fácil de ser administrada, então tem problemas que já vem há muitos anos e não dá para se resolver num estalar de dedos, não dá para se resolver, assim, rapidamente.

Por exemplo, claro que a razão de nós estarmos aqui é exatamente para juntos

buscamos melhorar, fazer o melhor para a cidade de São Paulo, mas eu queria mencionar que já foram entregues até agora, foi bastante falado aí de habitação, desde janeiro de 2021 a Prefeitura de São Paulo entregou 5.962 unidades habitacionais. Nesse momento está sendo feito a construção de mais 15.533. Além disso, a administração municipal já tem 28.849 unidades habitacionais contratadas para o início de construção, totalizando 50.344 unidades entre as entregues e as que estão em obras, fora 5.000 que estão no Tribunal de Contas e são unidades que serão adquiridas prontas. E já há um planejamento para se entregar mais de 100 mil nesses quatro anos.

Quero lembrar que no último Governo, é só vocês entrarem lá no *site* da Prefeitura está tudo lá da habitação, no último Governo foram entregues cinco mil unidades em quatro anos. Isso quer dizer que são 20 vezes mais.

Quanto a questão da drenagem que a colega estava falando, como eu disse anteriormente, já tem o Plano Diretor, inclusive de drenagem. Esses números mudam, nós vamos receber lá na Câmara, como eu estive com o Prefeito, ele me mostrou, então só queria fazer essas colocações. Claro que nós sabemos que é muito pouco do que é necessário ser feito para a cidade, mas juntos nós vamos conseguir, estamos tentando fazer o nosso melhor.

Muito obrigado, Presidente, obrigado pela presença de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Sansão. (Palmas)

Nós caminhávamos para o encerramento, porém houve mais inscritos.

Convido agora o Sr. Ivo Carlos Valêncio, de Cidade Líder, Itaquera, para suas ponderações. Tem a palavra, Sr. Ivo. (Pausa). Gostaria que o senhor ficasse na tribuna, por conta da transmissão ao vivo. É que, como é transmitido ao vivo, se o senhor puder utilizar o microfone da tribuna. É que, além do público presente, o evento é transmitido também pelo Facebook e Youtube da Câmara Municipal. O senhor tem a palavra, Sr. Ivo.

**O SR. IVO CARLOS VALÊNCIO** – Bom dia a todos.

É muito gratificante estar aqui com vocês. Me chamo Ivo, fui presidente da Câmara Regional de Associações do Vale do Aricanduva, entre outras coisas. Já fui durante 10 anos

conselheiro desta Casa, como hoje sou do Conselho Participativo, do Conselho de Saúde da Supervisão Itaquera, como também sou da UBS e da URSI. Nosso caminho é esse, o desenvolvimento local.

O pulsar desta audiência pública é a questão da saúde, porque a Organização Mundial de Saúde sugere que a cada 30 mil habitantes nós tenhamos 1 UBS. Só que não temos o censo ainda dizendo qual é a nossa população de maneira real. Cresceu muito, é muita torre, é muita família nessa nossa São Paulo, e você não tem uma diretriz para ter uma referência para um caminho.

Eu gostaria de dizer a vocês, que são gestores da cidade, que em Itaquera nós temos 27 equipamentos de saúde. Falta mais, pelo volume de Itaquera, que é a segunda maior subprefeitura de São Paulo. Somos nós aqui e Campo Limpo as maiores, tanto em área como em população. A necessidade desse olhar é importante. Savoy não tem um equipamento público, porque foi feito um loteamento evasivo. Savoy, que é dona da casa aqui, dona das áreas aqui, não fez cessão de área para uma praça, para uma unidade de saúde ou para uma estação. Então, nós temos que desenvolver as ações aqui.

Passei 10 anos no Conselho Municipal do Meio Ambiente. No Conselho, conseguimos o Parque Nair Belo, que já está implantado. O Bruno Covas, antes de falecer, veio inaugurar. Também 2 ecopontos, tivemos condição de trazer, mas o desenvolvimento depende dos gestores. Estamos mostrando um painel das nossas realidades.

Era só. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Ivo. Agradeço pela contribuição, pelo trabalho do senhor.

Convido agora a Sra. Patrícia de Jesus Camargo, do MTST.

**A SRA. PATRÍCIA DE JESUS CAMARGO** – Bom dia a todos.

Na verdade, eu não me preparei para falar alguma coisa. Eu estava ali quieta e decidi falar. Sou professora, sou psicopedagoga, sou do movimento MTST. Acho muito importantes as pautas que foram faladas aqui, mas uma muito importante, que não pode deixar de ser falada, é

a educação. Ontem a gente comemorou o Dia da Educação.

Eu moro aqui no bairro e não vejo nenhum projeto de algum curso profissionalizante para os nossos jovens. Mas que seja um curso motivador, não só para dizer que tem; que eles se engajem, que eles queiram fazer. E também que sejam de fácil acesso. Por exemplo, a gente tem ETECs, algumas coisas que são gratuitas; porém, a nossa educação pública muitas vezes não dá o suporte para aqueles que precisam de verdade entrar. Então, que seja de fácil acesso para que eles entrem.

A educação transforma. Vejo muitos jovens na criminalidade. Eu acredito que com educação isso reduziria a possibilidade desses jovens entrarem no mundo do crime. Também é preciso aumentar a segurança pública para as mães que saem de manhã. Por exemplo, na semana passada, minha tia foi assaltada na rua da casa dela. Tem um posto policial na rua, porém eles falaram que não atendiam ali porque era outra área. Então, aumentar essa segurança é importante.

É isso. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Patrícia.

Não há mais inscritos. Antes de encerrar, quero agradecer mais uma vez a participação de todos os senhores, principalmente os que vieram até aqui, participaram, comentaram. O grande objetivo das audiências é justamente ouvir a população.

Como disse o Coronel, às vezes são demandas que tratam de bairros, que não são correlatas ao Plano Diretor, mas que nos incumbem, como parlamentares, a ouvir a população e tentar propor soluções para os problemas diários que acometem toda a população de São Paulo.

Quero agradecer à Secretaria, à Guarda Municipal, à equipe do CEU, ao Vereador Coronel Salles, à Vereadora Sílvia, ao Vereador Sansão, e dou por encerrada esta audiência pública.

Tenham todos um ótimo final de semana.

Muito obrigado. (Palmas)